

**A NORMA GRAMATICAL ENSINADA NA ESCOLA  
E A NORMA USADA POR ALUNOS DA ZONA RURAL  
DE PALMEIRANTE – TO: PERSPECTIVAS DOS ALUNOS**

*Michelle Fragoso Santos (UFT)*

[michellefs.1@hotmail.com](mailto:michellefs.1@hotmail.com)

*Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira (UFT)*

[luizpeel@mail.uft.edu.br](mailto:luizpeel@mail.uft.edu.br)

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa realizada com alunos de uma escola da zona rural de Palmeirante, norte do Estado do Tocantins, na qual buscamos entender como eles compreendem, percebem e associam o ensino da gramática na escola com o uso efetivo da língua em suas interações sociais. Uma vez, como professora de língua portuguesa, percebo que o contato com uma norma linguística, que não a usual, causa estranhamento ou mesmo repulsa dos alunos. Nesse sentido eles expressam certa recusa em conhecer e aprender a norma culta que veem diferente da que usam no seu cotidiano. Esse estranhamento traz diversas percepções acerca do aprendizado de gramática e sua real funcionalidade no dia a dia do aluno. Para tanto, como embasamento teórico, usamos as discussões de Bortoni-Ricardo (2005); Franchi (2013); Neves (2012) e (2013); Possenti (1996); Matos e Silva (2000). Nessa perspectiva, essa pesquisa de campo do tipo exploratória e de cunho qualitativa se valeu de questionários. A partir dos dados obtidos foi possível observar que os mesmos veem a gramática como algo distante de sua realidade linguística, como se o português que é ensinado na escola fosse uma outra língua, mas ao mesmo tempo atribuem certa validação para esse ensino realizado nas aulas de língua portuguesa.

**Palavras-chave:** Gramática. Percepções. Interações sociais.

**1. Introdução**

Muito se tem discutido sobre o ensino de gramática na escola e como o mesmo pode ser feito a partir das práticas sociais dos alunos e do uso real e efetivo da língua, como bem aponta Neves (2013, p. 19) “A

disciplina escolar gramatical não pode reduzir-se a uma atividade de encaixamento em moldes que dispensem as ocorrências naturais e ignorem zonas de imprecisão ou de oscilação, inerentes à natureza viva da língua”.

É possível que os alunos não estabeleçam uma relação entre o que se estuda na escola, nas aulas de língua portuguesa, e o uso real que eles fazem da língua no seu dia a dia. A distância entre o aprendizado escolar e o que o aluno realmente utiliza no dia a dia, no seu meio social, pode trazer opiniões diversas sobre o uso efetivo dos conhecimentos adquiridos nas aulas de língua portuguesa. O contato com uma norma linguística, que não a usual, pode causar *estranhamento* ou mesmo repulsa, nesse sentido os alunos podem expressar certa recusa em conhecer e aprender a norma culta que julgam diferente da que usam no seu cotidiano.

O objetivo desta pesquisa é compreender de que forma os alunos relacionam o ensino de gramática normativa com o uso efetivo da língua em suas interações sociais. Pretendemos, também, investigar como os alunos percebem o ensino de gramática na escola e que valores atribuem ao ensino de língua portuguesa. É uma pesquisa de campo do tipo exploratória e de cunho qualitativo, que se valeu de questionário para análise e apresentação dos dados obtidos.

A partir de um questionamento feito a alguns alunos sobre o que eles entendiam por gramática e se os mesmo sabiam falar português foi possível observar que os mesmos veem a gramática como algo distante. Vimos, então, a necessidade da realização desta pesquisa, visando entender como os alunos percebem a gramática ensinada na escola e como eles a associam ao uso efetivo da língua em suas interações sociais.

## 2. *Revisão de literatura*

Para essa discussão faz-se necessário uma abordagem sobre as concepções de gramática para compreender melhor as percepções dos alunos quanto a esse ensino, como também uma abordagem da gramática relacionada ao processo de ensino aprendizagem. Para tanto recorreremos às discussões de Franchi (2013); Neves (2012) e (2013); Possenti (1996) e Matos e Silva (2000).

## **2.1. Concepções de gramática: um olhar em três sentidos**

Abordaremos, nesta discussão, a concepção de gramática em três sentidos, normativa, descritiva e internalizada. As concepções de gramática são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem da língua materna. Por isso, essa abordagem faz-se necessária, a fim de haver uma reflexão sobre a gramática e seu ensino nas escolas brasileiras. Assim sendo, passemos a explanação delas.

### *2.1.1. Gramática normativa:*

Como ponto de partida, abordaremos a gramática normativa, que diz respeito à gramática que apresenta um conjunto de regras do bom uso.

Gramática é o conjunto sistemático de normas para bem falar e escrever, estabelecidas pelos especialistas, como base no uso da língua consagrado pelos bons escritores. Dizer que alguém “sabe gramática” significa dizer que esse alguém “conhece essas normas e as domina tanto nocionalmente quanto operacionalmente”. (FRANCHI, 2006, p. 16)

Por ter bases no uso consagrado de bons escritores, condena e ignora as características da linguagem oral como também as demais variedades linguísticas. É uma gramática antissocial cujo perfil histórico está atrelado ao poder socioeconômico e de pouco domínio. Para Mattos e Silva (2000, p. 13) “aquilo a que a gramática tradicional remete [...] reforça o ‘dialeto da elite’, que ela reforça padrões de uso que são próprios a uma classe dominante, que seu ensino [...] faz silenciar os outros usos”.

A imposição de saberes é o pilar que sustenta a gramática normativa. Nela as variedades linguísticas não são valorizadas e o aluno é forçado a trocar a sua linguagem, considerada errada, por uma linguagem imposta e considerada correta – de prestígio, o erro do aluno é visto como deficiência a ser superada através da imposição de regras e conceitos.

### *2.1.2. Gramática descritiva*

Quanto à segunda concepção de gramática, ela é conhecida como gramática descritiva. Nela apresenta-se a descrição do funcionamento da língua no processo comunicativo. Franchi (2006, p. 22) define essa gramática como:

Um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos da língua, permitindo associar a cada expressão dessa língua uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical.

Mesmo tendo caráter menos normativo, uma de suas preocupações é descrever a língua como é falada. A gramática descritiva também segue, assim como a normativa, regras do bom uso do Português, buscando nos bons e consagrados escritores as prescrições do que seja certo ou errado. Para Franchi (2006, p. 23) “a gramática descritiva se transforma em um instrumento para as prescrições da gramática normativa”.

Em pesquisa realizada por Neves (2010, p. 47), essa ideia é reforçada quando a autora afirma que “os professores substituíram o ensino de gramática normativa pelo da gramática descritiva, mas conservam a ideia de que a gramática poderia (ou deveria) servir para subsidiar um “melhor” desempenho linguístico dos alunos...”

### *2.1.3. Gramática intuitiva*

Chegando à terceira concepção de gramática, a intuitiva ou internalizada, essa diz respeito ao saber linguístico que o falante desenvolve. Saberes esses que estão ligados a fatores de natureza biológica e psicológica. De acordo com Franchi (2006, p. 25) “[...] corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela sua própria dotação genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica”.

Nessa concepção de gramática não existe forma errada de falar e escrever, mas sim situações comunicativas diversas onde o falante usa o saber adquirido no decorrer do seu amadurecimento linguístico.

A gramática internalizada não ignora as variedades linguísticas e tem bases fortemente humanistas, numa concepção onde todo falante desenvolve uma gramática interna. (FRANCHI, 2006, p. 30). Podemos dizer que essa gramática é sensível aos saberes que os alunos possuem não pretendendo ignorar as regras de uso da língua, mas conscientizar o aluno quanto às possibilidades de ampliação do uso da língua que ele adquiriu socialmente.

## **2.2. Diálogo entre gramáticas no processo ensino aprendizagem: gramática da norma e gramática do uso**

É de conhecimento de todos que a criança leva para a escola o conhecimento de sua língua materna, e com ela leva normas do sistema de sua língua, normas internalizadas e podemos, assim, dizer que o aluno leva para a escola uma gramática adquirida pela sua competência linguística, uma gramática internalizada, uma gramática do uso. Já na escola, o aluno terá contato com uma nova norma, uma norma baseada nas variedades de maior prestígio social, tida como o bem falar a ser adquirido pelo estudo da gramática, uma gramática imposta, uma gramática da norma.

Temos aí duas concepções de normas, a primeira baseada no uso e a segunda baseada no bom uso da língua, a esse respeito Neves (2013, p. 65), a partir de Coseriu (1967) afirma que

É de conhecimento generalizado que, numa primeira acepção, norma (como termo técnico na linguística, [...] é a modalidade linguística “normal” no sentido de ser a média dos falantes, estabelecida, a princípio, pela regularidade e pela frequência de uso, considerado o conjunto dos falantes. Numa segunda acepção, [...] norma é a modalidade linguística que serve à normatização dos usos, estabelecida pela eleição de um determinado uso – ou conjunto de usos – considerado modelar.

A segunda concepção de norma aqui apresentada é, sem dúvidas, a ensinada na escola, o grande desafio que a linguística moderna propõe para o ensino dessa norma, materializada pela gramática normativa, é que ela seja ensinada de forma relacionada às práticas discursivas dos usuários, de forma que faça sentido e valorize os usos linguísticos dos falantes, que parta do uso real da língua para o uso padrão e não o contrário, como se tem feito.

Pensando nesse desafio, Neves (2013) propõe o desenvolvimento de um material de referência – teórico e prático – para análise das relações entre gramática e uso linguístico. Para a autora deve se tomar a língua em uso como objeto de investigação escolar, considerando de que é em interação que se usa a linguagem, que se produzem textos. A esse respeito Neves (2013, p. 20) afirma ainda “... que um padrão linguístico que se proponha fora da observação dos usos não constitui um padrão real...”. Podemos ver, então, a necessidade de se trabalhar com uma gramática que considere os usos reais que os alunos fazem da língua, para o que os mesmos possam fazer uma relação com o aprendizado escolar e suas interações linguísticas.

Sem a aplicação da proposta aqui apresentada, e a continuação do trabalho com gramática partindo da norma para o uso, como se tem feito, a escola cria um abismo entre o que ensina e o que o aluno realmente utiliza fora da sala de aula. A aplicação de exercícios de repetição e memorização não levará o aluno a refletir sobre a língua e nem sobre seu uso real, a esse propósito Possenti (1996, p. 47), constata que “O modo de conseguir na escola a eficácia obtida nas casas e nas ruas é “imitar” da forma mais próxima possível as atividades linguísticas da vida...”. Em relação à aplicação de exercícios gramaticais descontextualizados Possenti afirma que

Nada disso se faz na vida real, porque nada disso ajuda ninguém a aprender uma língua. Em resumo, poderíamos enunciar uma espécie de lei, que seria: não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas [...] O domínio de uma língua, repito, é o resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas. (1996, p. 47)

Portanto, o que se busca é um ensino de gramática que não divorcie a sua aplicação dos usos linguísticos, uma gramática que atenda às necessidades sociais, criando situações reais de uso, promovendo uma reflexão sobre a língua e seu uso e funcionamento efetivo e não apenas o ensino de normas e regras que nada têm haver com a língua em funcionamento. Desta forma o aluno terá garantido seu direito à aquisição dos saberes gramaticais, não como um saber único, mas como uma variedade linguística que garantirá ao falante a adequação de seus enunciados às diferentes situações comunicativas.

### **3. *Varição linguística: valorização da identidade através da língua***

A língua é uma atividade social e heterogênea que se modifica através do tempo e do espaço. Essa heterogeneidade linguística é manifestação comum em sala de aula, e a escola deve ou deveria estar preparada para aceitação e respeito às variedades linguísticas que os alunos adquirem em suas famílias. Castilho (2006) propõe um trabalho em sala de aula tendo como ponto de partida, a reflexão gramatical atrelada ao conhecimento linguístico que o aluno traz consigo ao chegar à escola. Para ele, a escola é o primeiro contato do cidadão com o Estado, e esta deve respeitar as variedades socioculturais do aluno, sem discriminar seu vernáculo, ou seja, o vernáculo de sua fala familiar.

Os diferentes dizeres que emergem em sala de aula, muitas vezes, não são respeitados. Além de terem seus falares vistos como “erros de

português”, os alunos são muitas vezes estigmatizados ou ridicularizados por causa de sua língua materna. A escola se torna fechada a aceitar e compreender os conhecimentos adquiridos fora dela, é como se o aluno tivesse que esquecer a língua que adquiriu no convívio com sua família, vendo-se obrigado a aceitar uma nova língua, totalmente nova e diferente para ele. Sobre noções de “erros de português”, Bortoni afirma que:

Erros de português são simplesmente diferenças entre variedades de língua. Com frequência, essas diferenças se apresentam entre a variedade usada no domínio do lar, onde predomina uma cultura de oralidade, em relações permeadas pelo afeto e informalidade, [...] e culturas de letramento, como a que é cultivada na escola. (2004, p. 37).

Respeitar a fala dos alunos significa respeitar e valorizar sua identidade, seus hábitos, sua história e cultura. Ao adentrar na escola, o aluno terá contato com um vernáculo diferente do que está habituado em seus domínios sociais. Ignorar sua fala e estigmatizar seus “erros” podem causar danos ao aluno, como, por exemplo, o surgimento de um sentimento de incapacidade, medo e insegurança linguística, que culminará na repulsa à língua portuguesa e suas prescrições.

Não se defende aqui que se substituam as normas gramaticais pela língua trazida pelo aluno para sala de aula, pelo contrário, a aquisição dos saberes gramaticais, é importante, além de ser um direito do aluno, o que a linguística propõe é que se abra um leque de possibilidades de uso da língua, a fim de que o aluno se torne consciente que sua língua é importante e tem valor, mas que ele deve conhecer as normas que regem a língua, no intuito de desenvolver sua competência comunicativa e fazer uso dela nas mais diversas interações verbais.

Segundo Bortoni (2005, p. 25-26) “a linguística recomenda que a norma culta seja ensinada nas escolas, mas que, paralelamente, se preservem os saberes sociolinguísticos e os valores culturais que o aluno já tenha aprendido antes, no seu ambiente social”.

A autora propõe que os saberes e direitos dos alunos sejam resguardados, preservando assim, sua identidade cultural, seja ela rural ou urbana (BORTONI, 2005).

Mesmo com os entraves encontrados, tais como o seguimento das programações escolares, desde a fixação de objetivos até a avaliação, refletindo na compartimentação da língua, à cobrança dos pais que “não perdoam” a inexistência de um ensino sistemático de gramática na escola (NEVES, 2010), acreditamos na possibilidade de realizar aulas que le-

vem o aluno a conhecer e fazer uso das múltiplas variedades linguísticas, e que o mesmo, conscientize-se de que sua língua e cultura sejam tão importantes quanto às outras, mesmo quando aquela seja usada pela classe dominante para menosprezá-los, insistindo, portanto, em impor a gramática normativa.

#### **4. Procedimentos metodológicos**

Para a coleta de dados selecionamos uma turma do nono ano do ensino fundamental, de uma escola municipal da zona rural no município de Palmeirante – TO. A pesquisa ora apresentada foi instigada a partir da observação de uma realidade em sala de aula, mais especificamente, da observação da relação dos alunos com o ensino de gramática. Nesse sentido, nossa abordagem é de cunho qualitativo, do tipo exploratória e de campo. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa: “é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo...” (p. 53).

Nesse caso, nossos informantes foram os alunos, que por meio de um questionário forneceram dados para análise da temática aqui proposta. De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 184), o questionário é: “... um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador...”

Foram selecionados, aleatoriamente, cinco alunos da turma aqui citada, todos pertencentes da zona rural do município. Aos mesmos foi solicitado que respondessem a um questionário com perguntas abertas, que segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 187) “são perguntas que permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria e emitir opiniões”. A partir dos questionários, analisamos os dados obtidos, a fim de verificar se os alunos associam o saber gramatical adquirido na escola com suas interações sociais, como também verificar o valor que eles atribuem ao ensino de Língua Portuguesa.

#### **5. Resultados e discussões**

No intuito de compreender se os alunos, que participaram da pesquisa, julgam fazer alguma associação entre os saberes gramaticais ad-

quiridos na escola e suas interações sociais, foram feitas duas perguntas iniciais: a 1ª se os alunos sabiam falar português; a 2ª se os eles usavam os saberes adquiridos nas aulas de língua portuguesa em suas interações sociais (em casa, no trabalho etc.).

Todos os alunos responderam “sim” em ambas perguntas, resposta que aqui está sendo compreendida como indício de que, esses alunos já reconhecem a língua portuguesa como algo que faz parte do dia a dia deles, estabelecendo relação, portanto, com uma gramática intuitiva, já que usam a língua para se comunicar no seu cotidiano de forma espontânea, logo sabem falar português.

Podemos atribuir tal resultado, também, ao fato de os alunos considerarem saber falar português pelo simples fato de frequentar a escola, deixando nos alunos a impressão de que o estudo da das regras gramaticais lhes garante o bom uso da mesma, a respeito disso Neves (2013, p. 74) constata que:

Deixa inserido na história da vida escolar dos alunos a sensação – frustrantemente falsa – de que, cumprido um ritual, isto é, tocada uma norma positiva, quase abstrata porque divorciada do real uso da língua, aprendeu-se gramática do português, aquela sensação que a escola, um dia, deu a cada um de nós, de quem decora aquele quadro sabe bem comparar em português. (2013, p. 74)

Uma das questões apresentadas aos alunos constava expressões escritas em linguagem formal, de acordo com as prescrições gramaticais, e em linguagem informal. Aos alunos foi pedido que marcassem, dentre as duas alternativas, qual expressão normalmente utilizavam em suas interações comunicativas. A primeira diz respeito ao uso do “a gente” substituindo o pronome da primeira pessoa (nós). Foram apresentadas as opções:

(A) “Nós vamos sair hoje?” e;

(B) “A gente vai sair hoje?”.

Dos cinco alunos, apenas um disse usar a expressão da opção A, a que é prescrita pela gramática normativa. O uso do sintagma nominal como substituto do pronome de primeira pessoa do plural é usado de forma generalizada, isso na linguagem oral, mesmo pelas classes dominantes e não tem sido visto como uma aberração ou um erro inaceitável, a não ser pelos gramáticos mais tradicionais. Segundo Possenti (1996, p. 67) “no lugar de nós, mais frequentemente do que supomos, usa-se a forma “a gente”, tanto na posição de sujeito quanto na de complemento”.

A segunda questão, trata da regência do verbo “assistir”. Para esta situação foram apresentadas as alternativas:

(A) “Assisti ao jogo” e;

(B) “Assisti o jogo”.

Todos os alunos disseram utilizar a segunda opção em seus usos linguísticos. Sabemos que a gramática normativa rege que assistir é um verbo transitivo indireto sendo obrigatório o uso de preposição. Entretanto, a manutenção dessa regra não tem obtido respaldo, já que até mesmo os grandes escritores e jornalistas fazem uso desse verbo sem preposição. Segundo Possenti:

Nem mesmo a língua dos melhores escritores – avaliza a manutenção de uma norma imutável, por que não poderia a escola mais acompanhar mais de perto na norma culta real, tal como ela é utilizada, por exemplo, já abandonada há tempo a regência indireta de “assistir” e utilizam correntemente expressões como “muitas pessoas já assistiram esse filme. (1996, p. 79).

Como vimos nas duas situações apresentadas aos alunos, a maioria admitiu fazer uso de expressões não prescritas pela gramática normativa, contrariando as respostas da primeira questão do questionário. Não se deve, entretanto, enxergar tais situações como erros ou problemas, mas sim como situações reais de uso. Ao que diz Neves (2013, p. 52) “Isso só confirma que a mudança está a serviço da busca de mais exata expressão, e, conseqüentemente, de mais eficiente uso da linguagem”.

Expressões como as apresentadas aqui são exemplos de usos em processo de gramaticalização, adquirindo legitimidade, pois parte de falantes comuns, parte do uso real da língua. Neste caso a escola deve conscientizar os alunos que o uso de “a gente” e de “assisti o filme” não são “erros”, mas sim variantes, muito usadas por sinal, e que o mesmo deve conhecer a norma gramatical que rege o uso dessas expressões, para que possa delas fazer uso em situações que as exijam.

As duas últimas perguntas questionavam os alunos quanto à importância que eles atribuem ao ensino de língua portuguesa. Os cinco alunos participantes responderam que achavam o estudo de língua portuguesa importante e justificaram dizendo ser o caminho para escrever melhor e um meio de garantir um futuro promissor. Podemos perceber que os alunos reconhecem a importância do estudo de língua portuguesa, mesmo não usando todas as regras aprendidas na escola.

## *Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos*

Tal fato reforça a ideia de que os alunos admiram o bom uso da linguagem, como afirma Neves (2013, p. 35) “é que o povo que tem fascínio pela “boa linguagem”, sempre que um pouco de contato com padrões cultos lhe tenha sido permitido”. Confirmando a resposta dos alunos em relacionar o conhecimento em língua portuguesa a um futuro melhor. Neves afirma, ainda, que:

As nossas sociedades são extremamente competitivas, e nelas cada um quer assegurar para si todos os meios que considera que sejam garantidos de boa inserção social, e necessariamente entende que a linguagem de prestígio é um dos caminhos essenciais para isso. (2013, p. 36).

Dessa forma, podemos destacar as seguintes observações a partir dos dados apresentados: 1) os alunos, embora inseridos no processo de aprendizado da gramática da norma culta, propiciado pela escola, usam em suas práticas sociointeracionais normas de outras variedades linguísticas a que tem contato diário e intenso; 2) Apesar de usarem a língua em outras normas linguísticas, os alunos acreditam, que pelo contato com a gramática normativa na escola, isso lhes garante um "falar correto"; e 3) mesmo diante de todos os problemas enfrentados pela escola hoje, ainda se verifica a validação do saber escolarizado, da importância que o estudo formal representa para a classe social menos favorecida, como é o caso dos alunos pesquisados, pois os saberes apreendidos na escola, especialmente nas aulas de língua portuguesa, se configuram para os sujeitos aprendizes uma instrumento de ascensão social, além de um aprendizado de qualidade no que se refere a escrita.

### **6. Considerações finais**

Constatamos, nesta pesquisa, que as questões gramaticais da norma culta estão presentes na realidade dos alunos, especificamente nas aulas de língua portuguesa, constatamos, ainda, que os mesmos julgam saber fazer uso das regras gramaticais, aprendidas em sala de aula, em suas interações e que valorizam o ensino de língua portuguesa.

Acreditamos que o caminho a ser seguido é aproximar cada vez mais o que é ensinado na escola com as situações reais de comunicação, com os usos reais e efetivo da língua. Se a escola objetiva formar cidadãos críticos e com competência comunicativa é essencial que a mesma reconheça e respeite as diferenças sociolinguísticas existentes em sala aula sem no entanto, esquecer do papel da escola de aproximar o aluno às

práticas de letramento, e sobretudo, quanto ao ensino de língua portuguesa, proporcionar a este o aprendizado da norma culta.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Nós chegemu na escola, e agora?* Sociolinguística e educação. São Paulo: Parábola, 2005.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2006.

FRANCHI, Carlos. *Mas o que é mesmo “gramática”?* São Paulo: Parábola, 2006.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *Que gramática estudar na escola?* Norma e uso na língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2013.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.